



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3150

Presidente da Mesa Diretora: Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Diversos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 28/06/1990

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 43/90. Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de um pneu de trator ao Conselho de Desenvolvimento de Aparecida do Mundo Novo - CONDAP. (Referente à Lei nº 1.854, de 09/08/1990).

Controle Interno – Caixa: 09

Posição: 39

Número de folhas: 18

Especie: PL
Categoria: Diversos
U: 09
Ordem: 39
nº fls: 10

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

43/90

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Autoriza a doação de peça de trator ao Conselho de
Desenvolvimento de Aparecida do Mundo Novo.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 28.06.90
- 2 À Com. de Leg. e Justiça
- 3 Aprovado e encaminhado - 31.07.90
- 4 À sanção - 01.08.90
- 5 Arquivado -
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Em, 25 de junho

de 1990

Of. Nº: 078/CJ/90

Assunto : Encaminha Projeto de Lei

Serviço : Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

Apraz-nos enviar a V. Exa. o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a fazer doação de um pneu de trator ao Conselho de Desenvolvimento de Aparecida do Mundo Novo.

Aquele Conselho, que congrega as instituições e pessoas interessadas no desenvolvimento do Distrito de Aparecida do Mundo Novo, é proprietário de um trator marca Massey Ferguson 265, ano 1980, chassis nº 490676-M2, que se encontra paralizado, por faltar-lhe um pneu.

A doação que se pretende fazer, propiciará ao referido Conselho continuar a prestar os relevantes serviços, que, anteriormente, vinha prestando à comunidade de Aparecida do Mundo Novo, na área agrícola e na satisfação de outras necessidades do Distrito.

Concretizada a doação estaremos colaborando com aquela comunidade e incentivando-a a continuar prestando outros serviços e obras no campo social.

Ao ensejo, agradecendo a atenção, encarecemos a necessidade de aprovação deste Projeto de Lei.

Cordialmente,

Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal

Exmº Sr.

Dr. Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

DD. Presidente do Legislativo Municipal

N E S T A
Mód. PMMC-17





PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - M. Gerais



PROJETO DE LEI Nº _____ DE 25 DE JUNHO DE
1.990.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER DOAÇÃO DE
PEÇA DE TRATOR AO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO
DE APARECIDA DO MUNDO NOVO.

A Câmara Municipal de Montes Claros decretou
e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a
fazer doação de um pneu de trator ao Conselho de Desenvolvimento de
Aparecida do Mundo Novo - CONDAP -, sociedade civil, de fins assis-
tenciais e não lucrativas, inscrita no C.G.C. sob o nº 21375373/0001-
17, com sede no Distrito de Aparecida do Mundo Novo, proprietária
deste mesmo veículo.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei
correrão à conta própria do orçamento vigente.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrá-
rio, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a
quem o conhecimento e a execução desta lei pertencerem, que a cumpram
e a façam cumprir, tão inteiramente, como nela se contém e declara.

Prefeitura de Montes Claros, 25 de Junho de
1.990.

Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal





Av. C. de Montebello, 211 - 39.400 - Montes Claros, Minas Gerais

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Legislação
 EM 31 DE 12 DE 1990

 PRESIDENTE

*A sustentar e legal
 e constitucional
 seu projeto*

*é legal e constitucional
 Tarciso Macedo*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM UNÂNIME DISCUSSÃO POR
 EM 31 DE 12 DE 1990

 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A SANÇÃO
 EM 31 DE 12 DE 1990

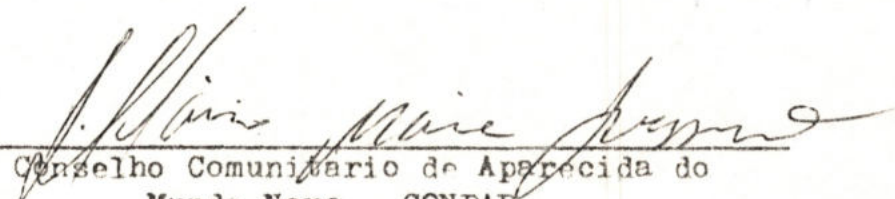
 PRESIDENTE

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, especialmente para prova junto à Prefeitura Municipal de Montes Claros que é de nossa propriedade um trator agrícola da marca Massey Fergusson 265 ano 80 - chassi - 490676-M2.

E, por ser verdade firmamos a presente.

Montes Claros(MG), 19/junho/90


Conselho Comunitario de Aparecida do
Mundo Novo - CONDAF
Presidente = GILDÁZIO MAIA GUSMÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE
INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

VÁLIDO ATÉ

31/12/90

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

21375373/0001-17

ATIVIDADE PRINCIPAL

80.21

NATUREZA JURÍDICA

16 - ASSOCIAÇÃO

CPF DO RESPONSÁVEL

113233376-87

ÓRGÃO DA SRF

67000 - MONTES CLAROS

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL

CONSELHO COMUNITARIO DE APARECIDA DO MUNDO NOVO CONDAP

NOME DE FANTASIA

CONDAP

LOGRADOURO

PCA DA IGREJA

NÚMERO

S/N

COMPLEMENTO

CEP

39000

BAIRRO/DISTRITO

APARECIDA MUNDO NOV

MUNICÍPIO

MONTES CLAROS

UF

MG

RENTA - PESSOA JURÍDICA ☒

PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS ☐

IMPORTAÇÃO ☐

LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS ☐

CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS ☐

RENTA - RETENÇÃO NA FONTE ☐

MINERAIS NO PAÍS ☐

ENERGIA ELÉTRICA ☐

SOBRE SERVIÇOS ☐

M8611

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO
: NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO O Nº DE INSCRIÇÃO FOR INFORMADO
AINDA QUE POR APOSIÇÃO DO CARIMBO PADRONIZADO

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Em 21 / Junho / 1940
Dr. Harbido de Souza Lima

= ESTATUTO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE APARECIDA DO
MUNDO NOVO =

- CAPÍTULO I

Da constituição, finalidade, atividade, área de atuação:

Art. 1º - O Conselho de Desenvolvimento de Aparecida do Mundo Novo, doravante denominado CONDAP, é sociedade civil, de fins sociais, assistenciais e não lucrativos, com sede na localidade de Aparecida do Mundo Novo e Foro na Cidade de Montes Claros-MG, que tem por finalidade trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, pela melhoria das condições de vida e bem estar na região.

§ Único - Para atender sua finalidade o CONDAP deverá:

- I - Congregar instituições e pessoas interessadas em melhorar as condições socio-econômicas da comunidade;
- II - Promover a busca de recursos naturais e humanos - na comunidade e/ou fora dela, para a execução de atividade de interesse comunitário;
- III - Prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiem a comunidade;
- IV - Representar as necessidades e opiniões da comunidade junto a instituições e órgãos públicos ou privados, que de uma maneira ou outra possam influir na vida comunitária.
- V - Promover eventos sociais e recreativos.

Art. 2º - O CONDAP reger-se-á por este estatuto e pela legislação aplicável.

Art. 3º - O CONDAT não poderá exercer o partidatismo político nem fazer distinções de raça ou credo.

Art. 4º - A área de atuação do CONDAT é compreendida pelos seguintes limites: do Jaú acima até a ponta do Morro do Barreiro e por este acima até o córrego do Chapéu, seguindo o limite do município de Mirabela. Do córrego do Chapéu até o Rio Sussua para, por este abaixo até o Ribeirão do Ouro, por este abaixo até a ponte de Bom Jardim; daí reto até o Jaú, ponto inicial.

Art. 5º - O prazo de duração do CONDAT é indeterminado.

§ Único - Em caso de extinção do CONDAT, o que só poderá ocorrer por decisão da maioria absoluta, seu patrimônio só poderá ser destinado a outra instituição de fins semelhantes, na mesma comunidade, ou, em sua falta, a de uma comunidade mais próxima.

- CAPÍTULO II

Dos MEMBROS:

Art. 6º - São membros do CONDAT todas as pessoas interessadas no progresso da comunidade e aí domiciliadas, ou residentes por mais de seis meses que solicitarem sua inscrição como membros, sem limite de número.

§ Único - São membros fundadores os que "participarem da 1ª reunião de eleição de Diretoria e Conselho Fiscal e assinarem a ata de constituição do CONDAT".

Art. 7º - A condição de membro do CONDAT dá direito a votar e a ser votado.

Art. 8º - São deveres dos membros do CONDAT:

I - Participar das reuniões;

II - Desempenhar com dedicação as atividades que lhe forem atribuídas;

III - Manter um ambiente de entendimento franco e cordial entre os membros;

IV - Zelar pelo bom nome do CONDAF

CAPÍTULO III

Dos Órgãos Estatutários e sua competência:

Art. 9º - São responsáveis pelo funcionamento do CONDAF:

- I - Diretoria;
- II - Assembleia Geral;
- III - Conselho Fiscal

Art. 10º - O Conselho Fiscal é formado por 3 (três) pessoas, escolhidas em Assembleia Geral, dentre os membros do CONDAF, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Art. 11º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto;
- II - Propor à Diretoria planos para o desenvolvimento da comunidade;
- III - Acompanhar as atividades da Diretoria, visando prevenir ou corrigir falhas ou irregularidades;
- IV - Dar parecer sobre o balanço e prestações de contas do CONDAF;
- V - Dar parecer sobre o plano de trabalho da Diretoria.

Art. 12º - A Diretoria é composta por 4 membros, sendo 1 Presidente, 1 Vice-Presidente, 1 Secretário e 1 Tesoureiro, eleitos em Assembleia Geral, dentre os membros do CONDAF, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por um período.

Art. 13º - Compete à Diretoria:

- I - Reunir-se uma vez por mês ou sempre que convocada pelo presidente ou 2 (dois) de seus membros;

- II - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto;
- III - Constituir comissões;
- IV - Aprovar a inscrição de novos membros;
- V - Convocar a Assembleia Geral;
- VI - Apresentar prestações de contas e balanço anual para apreciação do Conselho Fiscal e à Assembleia Geral, depois de aprovados;
- VII - Apresentar planos de trabalho à apreciação do Conselho Fiscal e à Assembleia Geral até 30 dias após a posse;
- VIII - Realizar todas as ações necessárias ao cumprimento das finalidades do CONDAF.

Art. 14º - A Assembleia Geral será convocada:

- a) Pelo Presidente
- b) Por 2/3 membros Diretoria
- c) Pelo Presidente Conselho Fiscal
- d) Por 1/3 Assembleia Geral

e se constituirá com a presença mínima de metade mais 1 de seus membros, na primeira convocação e com qualquer número na 2ª convocação.

Art. 15º - Compete à Assembleia Geral:

- I - Eleger o Conselho Fiscal e a Diretoria;
- II - Decidir sobre assuntos que lhe sejam levados pela Diretoria, especialmente o Plano de Trabalho;
- III - Destituir conselheiros e membros de Diretoria.

Art. 16º - Nenhum cargo de Diretoria ou Conselho Fiscal poderá ser remunerado pelo CONDAF, sendo o seu exercício considerado de alta relevância pela comunidade.

Competência dos membros da Diretoria:

Art. 17º - Compete ao Presidente:

- I - Representar o Conselho em Juízo e fora dele;
- II - Presidir as reuniões e convocá-las quando necessário;
- III - Autorizar despesas e pagamentos;
- IV - Informar a comunidade sobre os trabalhos do CONDIAP e colher opiniões sobre assuntos que interessam à coletividade;
- V - Assinar, juntamente com o tesoureiro, cheques ou documentos que envolvam responsabilidade financeira do CONDIAP.

Art. 18º - Compete ao Vice-Presidente:

- I - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II - Manter-se informado de todas as atividades do CONDIAP;
- III - Colaborar com o Presidente;

Art. 19º - Compete ao Secretário:

- I - Lavrar e assinar atas;
- II - Redigir correspondências e outros documentos do CONDIAP;
- III - Manter registro dos membros do CONDIAP.

Art. 20º - Compete ao Tesoureiro:

- I - Pagar as despesas autorizadas;
- II - Juntamente com o Presidente, assinar cheques ou documentos que envolvam responsabilidade financeira para o CONDIAP;
- III - Autorizar pequenas despesas;
- IV - Conservar em dia as escritas contábeis do CONDIAP e zelar pelos livros e documentos de contabilidade;

anual;

CAPÍTULO IV

Do patrimônio Social:

Art. 21º - O patrimônio do CONDAI será constituído de:

- I - Subvenções ou auxílio de entidades públicas ou privadas;
- II - Imóveis, benfeitorias, materiais e equipamentos que vier a possuir;
- III - Rendas de eventos promovidos pelo CONDAI;
- IV - Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias não previstos nos itens anteriores.

Art. 22º - O patrimônio do CONDAI não poderá ser aplicado em fins diferentes das finalidades do CONDAI, previstos no art. 1º.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 23º - O presente Estatuto só poderá ser alterado por maioria absoluta dos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria em reunião conjunta.

§ Único - As alterações do Estatuto não poderão contrariar as finalidades do CONDAI.

Art. 24º - Desde que autorizado pelo Conselho Fiscal, o Presidente poderá nomear procuradores para fins específicos.

Art. 25º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Fiscal e Diretoria, em reunião conjunta.

CAPÍTULO VI

Disposições Transitórias

Art. 26º - A partir de sua eleição, a 1ª Diretoria terá prazo de 60 dias para apresentar ao Conselho

Fiscal e a Assembléia Geral o seu plano de trabalho.

Art. 27º - De conformidade com o presente estatuto, aprovado em Assembléia Geral realizada no dia 10/04/80, na localidade de Aparecida do Mundo Novo, foram eleitos a primeira Diretoria e o primeiro Conselho Fiscal que ficaram assim distribuídos:

I - DIRETORIA

- Presidente - José Carlos Caetano Maia
- Vice-Presidente: Laécio de Jesus Maia
- Secretário: Maria Aparecida Mendes Maia
- Tesoureiro: Aristeu Afonso de Souza

II - CONSELHO FISCAL

- Durval Assunção Maia
- Plínio Afonso da Silva
- Cassiano Gusmão

Faltaram a esta reunião, mas são membros fundadores do CONDAT, porque assinaram a lista de adesão preparada no mês anterior à reunião, as seguintes pessoas:

- 1 - Waldemar da Silva Maia
- 2 - Valdoniro da Silva Maia
- 3 - Anélia Veloso Maia
- 4 - José Alvino dos Santos
- 5 - Martinho da Fonseca Maia
- 6 - Erotides da Fonseca Maia
- 7 - Osvaldo Alves Rodrigues

São membros fundadores do CONDAT porque estiveram presentes à reunião de sua constituição e assinaram a presente ata as seguintes pessoas:

- 1 - Joaquim Francisco de Brito
- 2 - Alcides Ferreira da Silva
- 3 - Valdivino da Silva Gusmão
- 4 - Geraldo Afonso de Souza

- 5 - Isidoro da Silva Maia
 - 6 - Antônio Fernandes Maia
 - 7 - Aristeu Afonso Veloso
 - 8 - João Celestino de Sene
 - 9 - José Afonso Veloso
 - 10 - Cláudio Afonso da Silva
 - 11 - Valdir da Silva Gusmão
 - 12 - Cassiano Gusmão
 - 13 - Rainaldo da Silva Gusmão
 - 14 - Adão Luiz de Queiróz
 - 15 - Manoel José Evangelista
 - 16 - Adão Elmar Gusmão
 - 17 - Maria Aparecida Mendes Maia
 - 18 - Durval Assunção Maia
 - 19 - José Carlos Caetano Maia
 - 20 - Laécio de Jesus Maia
 - 21 - Maria das Mercês Gusmão
 - 22 - Januária Gonçalves Pereira
 - 23 - Antônio Ribeiro da Silva
 - 24 - José Soares da Silva
 - 25 - Filogênia Afonso Veloso
 - 26 - Maria Eneide Celestino de Sene
 - 27 - Maria Simplicia Rodrigues da Silva
 - 28 - Maria Gonçalves Pereira
 - 29 - Angélica Antunes Pereira
 - 30 - Ildete Maria Fonseca
-

- 6 - Antônio Fernandes Maia ✓
- 7 - Ariston Afonso de Sousa ✓
- 8 - José Afonso Veloso
- 9 - João Celestino de Sene
- 10 - Olímpio Afonso da Silva
- 11 - Valdir da Silva Gusmão
- 12 - Cassimiro Gusmão ✓
- 13 - Raimundo da Silva Gusmão ✓
- 14 - Adão Luiz de Queirós
- 15 - Manoel José Evangelista
- 16 - Adão Elmar Gusmão ✓
- 17 - Maria Aparecida Mendes Maia X
- 18 - Durval Assunção Maia ✓
- 19 - José Carlos Castano Maia X
- 20 - Laécio de Jesus Maia ✓
- N 21 - Maria das Mercês Gusmão
- 22 - Jaciária Gonçalves Pereira
- 23 - Antônio Ribeiro da Silva
- N 24 - José Soares da Silva
- 25 - Filogênio Afonso Veloso
- 26 - Maria Thelir Celestino de Sene
- 27 - Maria Simplicia Rodrigues da Silva X
- 28 - Maria Gonçalves Pereira
- 29 - Angélica Antunes Pereira ✓
- 30 - Ildete Maria Fossoca ✓

RECEBIDO
1971

1971

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
REGISTRO N.º 0393-80, LV. A.H.
FOL. 101, PROT. N.º 7992-80
NO LIVRO 13
ARQUIV. DA POSTA - 10 -
N.º 31 DE Outubro DE 1982
[Signature] Oficial.

ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Atesto para os devidos fins que o(a) CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE APARECIDA DO MUNDO NÔVO " CONDAP" do Município de MONTES CLAROS, Minas Gerais, com sede à Rua, nº, está em pleno e regular funcionamento, cumprindo as suas finalidades estatutárias, sendo a Diretoria em exercício, com vigência até 12/10/91, constituída dos seguintes membros:

DIRETOR:(PRESIDENTE)- GILDÁSIO MAIA GUSMÃO

VICE-DIRETOR: (VICE-PRESIDENTE)- ARNALDO RODRIGUES PEREIRA

1º SECRETÁRIO: ILDETE MARIA FONSECA SILVA

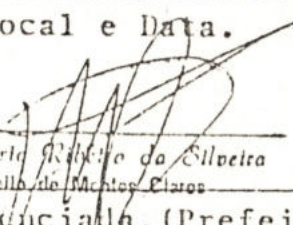
2º SECRETÁRIO: MARIA ROMANA CORDEIRO DE SENA

1º TESOUREIRO: JOSÉ VALDIÊ ROCHA

2º TESOUREIRO: CARLOS EDILSON SILVA GUSMÃO

Montes Claros, 20 de Novembro de 1989

Local e Data.


Dr. Afonso Ribeiro da Silveira
Parelho de Montes Claros

Assinatura Autoridade Credenciada, (Prefeito, Promotor de Justiça, Juiz de Direito da Comarca, Delegado de Polícia ou Autoridade Fazendária Federal ou Estadual do Município.)

Carimbo da Autoridade: